



TJ GO - Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
500 questões gabaritadas

DIREITO ADMINISTRATIVO

Exercícios.....	1
Gabarito.....	33

DIREITO CIVIL

Exercícios.....	1
Gabarito.....	33

DIREITO CONSTITUCIONAL

Exercícios.....	1
Gabarito.....	32

DIREITO PENAL

Exercícios.....	1
Gabarito.....	34

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Exercícios.....	1
Gabarito.....	32

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Exercícios.....	1
Gabarito.....	32

SUMÁRIO



1. VUNESP - PROC LEG (CM SBO)/CM SBO/2023

Assunto: Direito Administrativo - Regime Jurídico da Administração e Regime Jurídico Administrativo

Conforme lição de Celso Antônio Bandeira de Mello, “o Estado pode ter, tanto quanto as demais pessoas, interesses que lhe são particulares, individuais, e que, tal como os interesses delas, concebidas em suas meras individualidades, se encarnam no Estado enquanto pessoa” (Curso de Direito Administrativo. 27ª edição, p. 65). Tal conceito corresponde ao de interesse público

- (A) decorrente, tendo em vista que todo interesse do Estado, mesmo que não coincidente com o interesse da sociedade, um interesse público.
- (B) primário que somente pode ser buscado se correspondente ao interesse da sociedade.
- (C) secundário que, mesmo coincidente com o primário, não pode ser buscado pelo Estado.
- (D) secundário que pode ser buscado pelo Estado, se coincidente com o interesse público primário.
- (E) primário que somente pode ser buscado pelo Estado se corresponder ao interesse público secundário.

2. VUNESP - DEI POL (PC SP)/PC SP/2023

Assunto: Direito Administrativo - Regime Jurídico da Administração e Regime Jurídico Administrativo

A respeito do princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, assinale a alternativa **correta**.

- (A) A sua aplicação não admite a ponderação com outros princípios constitucionais, por se tratar da base do regime jurídico-administrativo.
- (B) A decisão administrativa tomada com base no princípio deve levar em consideração as suas consequências práticas e a sua motivação comprovar a observância do princípio da proporcionalidade.
- (C) O princípio autoriza a violação a direitos constitucionais fundamentais, sempre que a adoção da medida atender melhor, segundo o juízo do agente público, ao interesse coletivo.
- (D) Está expressamente previsto na Constituição Federal e autoriza que o gestor público atue sem prévia autorização legal, quando a medida atender de forma mais adequada aos interesses do Estado.
- (E) É considerado, por parte da doutrina dominante, como base central do regime jurídico-administrativo, não havendo obras que atestem ter havido uma remodelação de seu conteúdo com a constitucionalização do Direito Administrativo.

3. INSTITUTO VERBENA - ANAADM (CM ANÁPOLIS)/CM ANÁPOLIS/DIREITO/2024

Assunto: Direito Administrativo - Princípios Expressos, Explícitos ou Constitucionais

Os princípios básicos da Administração Pública no Brasil norteiam o funcionamento e a atuação dos gestores públicos e promovem a confiança da sociedade nas instituições governamentais. São princípios básicos da Administração Pública, presentes no Art. 37º da Constituição Federal de 1988:

- (A) legalidade, pessoalidade, moralidade, eficiência e razoabilidade.
- (B) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (C) publicidade, individualidade, razoabilidade, visibilidade e eficiência.
- (D) moralidade, individualidade, visibilidade, legalidade e impessoalidade.



1. VUNESP - ASS JUR (CM SJC)/CM SJC/2023

Assunto: Direito Civil - Da Personalidade e da Capacidade (arts. 1º a 10)

A utilização da imagem de uma pessoa poderá ser proibida

- (A) a requerimento do cônjuge, ascendentes ou descendentes, caso a pessoa seja declarada ausente.
- (B) em caso de biografia, se não tiver autorização.
- (C) a requerimento de qualquer interessado, desde que demonstrada a existência de danos morais.
- (D) ainda que necessária à administração da justiça.
- (E) apenas se atingir a honra, boa fama ou sua respeitabilidade.

2. INSTITUTO VERBENA - ANA MIN (MPE AC)/MPE AC/DIREITO/2023

Assunto: Direito Civil - Da Personalidade e da Capacidade (arts. 1º a 10)

Conforme previsão no Código Civil Brasileiro, “a menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil”.

Porém, incapacidade para os menores cessará

- (A) pela união estável.
- (B) pelo exercício de magistério público ou privado.
- (C) pela concessão dos pais, a partir dos 15 anos completos.
- (D) pelo casamento.

3. VUNESP - PROC LEG (CM SBO)/CM SBO/2023

Assunto: Direito Civil - Dos Direitos da personalidade (arts. 11 a 21)

Assinale a alternativa **correta** acerca dos direitos da personalidade.

- (A) O exercício dos direitos da personalidade não pode sofrer limitação voluntária, mesmo que não seja permanente e nem geral, em razão da indisponibilidade destes.
- (B) A pretensão de reconhecimento de ofensa a direito da personalidade prescreve em 10 (dez) anos.
- (C) Independe de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.
- (D) O uso não autorizado da imagem de menores de idade pode gerar dano moral, desde que comprovada ofensa a direito da personalidade.
- (E) A voz humana encontra proteção nos direitos da personalidade, desde que entendida como parte integrante do direito à imagem ou do direito à identidade pessoal.



1. FGV - AA (DNIT)/DNIT/ADMINISTRAÇÃO/2024

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito.

Assinale a opção que compreende fundamentos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- (A) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- (B) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- (C) A garantia do desenvolvimento nacional.
- (D) A erradicação da pobreza.
- (E) A promoção do bem de todos.

2. FGV - AA (DNIT)/DNIT/ADMINISTRAÇÃO/2024

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Os objetivos fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 delineiam a essência dos propósitos norteadores da nação.

Assinale a opção que compreende objetivo fundamental da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- (A) Promover a soberania.
- (B) Garantir o desenvolvimento nacional.
- (C) Engajar o pluralismo político.
- (D) Assegurar a dignidade da pessoa humana.
- (E) Fomentar a cidadania.

3. FGV - AA (DNIT)/DNIT/ADMINISTRAÇÃO/2024

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Os princípios das relações internacionais presentes na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 refletem o compromisso do país com a cooperação pacífica, a autodeterminação dos povos, a não-intervenção e a defesa da paz.

Com relação aos princípios das relações internacionais, analise os itens a seguir.

I. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.

II. A República Federativa do Brasil orienta suas relações internacionais pelo princípio da redução das desigualdades regionais.

III. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da concessão de asilo político.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.



1. FGV - NAC UNI OAB/OAB/2023

Assunto: Direito Penal - Conceitos, Objeto, Teorias e Evolução do Direito Penal

“Mas a disciplina traz consigo uma maneira específica de punir, e que é apenas um modelo reduzido do tribunal. O que pertence à penalidade disciplinar é a inobservância, tudo o que está inadequado à regra, tudo que se afasta dela, os desvios.”

Michael Foucault

Foucault, em seu livro *Vigiar e Punir*, fala do poder disciplinar que recai sobre os corpos dos indivíduos e, também, dos castigos disciplinares que resultam de uma lei, um programa ou um regulamento.

Assinale a opção que, segundo o autor da obra de referência, apresenta a função do castigo disciplinar.

- (A) Reduzir os desvios, funcionando, portanto, como algo essencialmente corretivo.
- (B) Coibir a ocorrência de crime, de modo a evitar a ocorrência de atos ilícitos.
- (C) Expiar a culpa de ter se afastado da norma, de forma a produzir arrependimento.
- (D) Indenizar a vítima da conduta indisciplinada, como forma de reparação de um dano.

2. VUNESP - Dei Pol (PC SP)/PC SP/2023

Assunto: Direito Penal - Conceitos, Objeto, Teorias e Evolução do Direito Penal

A função do Direito Penal é

- (A) aplicar penas e medidas de segurança.
- (B) garantir a execução das leis.
- (C) proteger bens jurídicos relevantes para a sociedade.
- (D) dirimir controvérsias e pacificar a sociedade.
- (E) construir uma sociedade livre, justa e solidária.

3. VUNESP - Dei Pol (PC SP)/PC SP/2023

Assunto: Direito Penal - Conceitos, Objeto, Teorias e Evolução do Direito Penal

Projeto que deu origem ao Código Penal de 1940, conhecido pelo nome de seu elaborador:

- (A) Sá Pereira.
- (B) Alfredo Buzaid.
- (C) Euzébio Gómez.
- (D) Alcântara Machado.
- (E) Galdino Siqueira.



1. VUNESP - ADV (EPC)/EPC/2023

Assunto: Direito Processual Civil - Princípios Processuais Cíveis (arts. 1º a 12 e CF/1988)

O princípio da não surpresa

(A) não se aplica à análise dos requisitos de admissibilidade recursal.

(B) impede que o juiz decida antes de ouvir as partes, salvo no que diz respeito às matérias que deva decidir de ofício.

(C) impede o juiz de decretar a prescrição sem ouvir a outra parte, permitindo, contudo, a decretação da decadência legal ou convencional sem prévia oitiva do autor da ação.

(D) aplica-se à tutela provisória de urgência.

(E) aplica-se à tutela de evidência em pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito.

2. VUNESP - PROC LEG (CM SBO)/CM SBO/2023

Assunto: Direito Processual Civil - Princípios Processuais Cíveis (arts. 1º a 12 e CF/1988)

Além da previsão do princípio da duração razoável do processo, o artigo 4º do Código de Processo Civil, que dispõe que: “As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.” faz menção ao princípio

(A) do devido processo legal.

(B) da inafastabilidade da jurisdição.

(C) da motivação.

(D) da primazia do mérito.

(E) da eficiência.

3. VUNESP - PROC MUN (PREF SJRP)/PREF SJRP/2023

Assunto: Direito Processual Civil - Princípios Processuais Cíveis (arts. 1º a 12 e CF/1988)

Em uma situação hipotética na qual um juiz deixa de extinguir uma demanda coletiva por falta de legitimidade ativa e determina a intimação do Ministério Público ou de outro colegitimado para, se for o caso, assumir a titularidade ativa da demanda, trata-se da aplicação do princípio da

(A) indisponibilidade da demanda coletiva.

(B) economia.

(C) prioridade da tutela coletiva.

(D) congruência.

(E) universalidade da jurisdição.



1. FGV - RES (TJ RJ)/TJ RJ/DIREITO/2024

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

“Devido à disputa entre as autoridades do Rio de Janeiro e de Vila Rica pela competência para julgar os sediciosos, a rainha, D. Maria I, determinou, através da Carta Régia de 17.07.1790, a composição de uma Alçada, na qual Desembargadores de Lisboa eram os responsáveis pelo julgamento. Após a oitiva dos vinte e nove réus, seguiu-se o prazo de cinco dias para defesa.

Os réus argumentaram que não cometeram crime algum, porquanto o movimento fora abortado, ainda em seu início, com a suspensão da Derrama. Apesar disso, em 18 de abril de 1792, foi publicada a sentença pela Alçada, condenando onze réus à morte (na prática dez, porque Cláudio Manuel da Costa se “suicidara” na prisão), e outros participantes receberam penas menores como açoites e o degredo eterno.”

(A sentença condenatória de Tiradentes e a construção do mito. Ensaio elaborado por Andréa Vanessa da Costa Vai, Assessora da Memória do Judiciário Mineiro, e por Carine Kely Rocha Viana, sob a supervisão do Superintendente, Desembargador Hélio Costa. Jurisp. Mineira, Belo Horizonte, a. 59, n° 187, p. 13-18, out. Idez. 2008)

Sobre os sistemas processuais penais e os princípios do processo penal no âmbito do processo mencionado pelo texto (julgamento de Tiradentes), é **correto** afirmar que o sistema processual então vigente apresentava traços mais característicos do sistema

- (A) inquisitivo, e o princípio do juiz natural não foi observado, o que se extrai claramente do texto apresentado.
- (B) acusatório, e o princípio da ampla defesa não foi observado, o que se pode inferir do texto apresentado.
- (C) misto, e os princípios fundamentais do processo penal foram observados, o que se extrai claramente do texto apresentado.
- (D) inquisitivo, e não é possível, pelo texto, observar o malferimento de princípios fundamentais do processo penal.
- (E) acusatório, e é possível, pelo texto, observar o malferimento de princípios fundamentais do processo penal.

2. FGV - AUD EST (CGE SC)/CGE SC/DIREITO/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

Acerca dos sistemas processuais penais e a legislação processual penal brasileira interpretada pelos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

- (A) A adoção do sistema acusatório no direito brasileiro advém da legislação adjetiva penal, que em sua redação original demonstrava a opção pelo sistema acusatório puro.
- (B) O sistema acusatório se caracteriza pela separação entre as funções de acusador e julgador, podendo haver, acidentalmente, a proibição de produção de provas de ofício pelo magistrado.
- (C) O sistema adversaria! é sinônimo de sistema acusatório puro, e se caracteriza pela separação absoluta entre acusação e órgão julgador.
- (D) A Jurisprudência do STF é no sentido de que o sistema inquisitivo adotado no Brasil torna inadmissível a decretação da prisão preventiva, de ofício, pelo magistrado.
- (E) É compatível com o sistema acusatório adotado no Brasil a requisição, pelo Magistrado, de indiciamento do acusado, desde que realizada após o recebimento da denúncia.